

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Escolaridade Média e Desigualdade Racial: Um Olhar Crítico sobre a Meta 8 do PME em Dourados-MS

Vitória Nazareth da Silva¹

Bruno Alves Moreira²

João Evaldo Ghizoni Dieterich³

RESUMO: Este trabalho analisa a meta do Plano Municipal de Educação (PME) de Dourados-MS que visa elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para, no mínimo, 12 anos de estudo, até o final da vigência do plano. Trata-se de uma análise de situação, com base em dados estatísticos locais, que busca identificar desigualdades persistentes entre diferentes segmentos populacionais com destaque para pretos, pardos e indígenas. Apesar de avanços parciais, os dados indicam que a meta ainda não foi alcançada: a média geral é de 11,75 anos, sendo inferior a 12 anos e marcada por fortes disparidades raciais. Pretos estudam, em média, 10,8% menos que brancos, enquanto indígenas apresentam 25,54% menos anos de estudo. O trabalho propõe que, para alcançar justiça educacional, o plano nacional, estadual e municipal considerem metas específicas para populações historicamente marginalizadas. Sugere-se o redirecionamento de políticas públicas que articulem permanência escolar, fortalecimento da EJA e ações afirmativas intersetoriais como subsídios concretos para o próximo ciclo de planejamento educacional.

Palavras-chave: juventude; equidade racial; educação indígena.

¹ Pedagoga pela UNIGRAN. Especialista em Educação Especial, Educação Infantil, Anos Iniciais e Gestão Escolar. Atua como assessora pedagógica na Coordenadoria Regional de Educação de Dourados (CRE5), vinculada à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

² Mestre e doutorando em Sociologia pela UFGD. Coordenador do Fórum Municipal de Educação em Dourados e Professor efetivo da Rede Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul.

³ Mestre em Geografia pela UFGD. Atua como assessor pedagógico na Coordenadoria Regional de Educação de Dourados (CRE 5), vinculado à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

1 Introdução

A elevação da escolaridade média da juventude é um indicador central de desenvolvimento social e econômico, refletindo não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e o sucesso escolar. A meta de alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo para a população de 18 a 29 anos, presente no Plano Nacional de Educação (PNE) e nos Planos Estaduais e Municipais de Educação, assume papel estratégico na consolidação da educação básica como direito social (BRASIL, 2014). Contudo, alcançar essa média exige o enfrentamento das desigualdades históricas que atravessam o sistema educacional brasileiro, especialmente no que diz respeito à cor/raça, território e condição socioeconômica.

Autores como Saviani (2008) e Oliveira (2014) defendem que a universalização do acesso não é suficiente para garantir equidade educacional. É preciso romper com a lógica meritocrática e reconhecer que grupos historicamente marginalizados como a população negra, indígena e jovem das periferias urbanas ou das áreas rurais enfrentam múltiplas barreiras à escolarização. Nesse sentido, a justiça educacional exige políticas públicas que combinem redistribuição de recursos e reconhecimento das especificidades culturais e sociais dos sujeitos educandos (FRASER, 2001).

Este trabalho se propõe a analisar os resultados obtidos até o momento no município de Dourados-MS com relação à meta de elevação da escolaridade média da população jovem, considerando os recortes raciais e territoriais. A partir de dados estatísticos recentes, busca-se compreender os fatores que limitam o cumprimento da meta e apresentar subsídios para que o próximo ciclo dos Planos de Educação incorpore ações mais sensíveis à realidade local e aos princípios de equidade.

Fundamentação

A meta 8 do Plano Municipal de Educação de Dourados (PME) estabelece a elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos para, no mínimo, 12 anos de estudo. Essa diretriz, ainda que tecnicamente mensurável, carrega um forte componente de justiça social, pois evidencia a urgência de corrigir desigualdades

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

educacionais historicamente construídas. Para que essa meta seja efetivamente alcançada, é necessário considerar os condicionantes sociais que influenciam o acesso, a permanência e o sucesso escolar, especialmente entre os jovens das classes populares, das populações negras, indígenas e das regiões de menor oferta educacional.

Sob a perspectiva da Sociologia da Educação, Pierre Bourdieu (1989) demonstra como o sistema escolar, longe de ser um instrumento de equalização social, atua como mecanismo de reprodução das desigualdades. Ao analisar a relação entre educação e estrutura social, o autor revela como a escola opera uma "alquimia simbólica" que converte vantagens culturais herdadas (capital cultural) em supostos dons naturais. Como destacam Bourdieu e Passeron (1970 [2023], p. 25), "*a escola transforma a herança cultural em dom natural, e as desigualdades de educação em desigualdades legítimas*". Esse processo ocorre porque o sistema de ensino valoriza implicitamente o habitus das classes dominantes - seus códigos linguísticos, referências culturais e modos de socialização - enquanto desconsidera os capitais simbólicos trazidos por jovens de classes populares. O resultado é uma violência simbólica que naturaliza o fracasso escolar dos menos privilegiados, transformando desigualdades sociais em aparentes diferenças de mérito individual, e contribuindo para a perpetuação de trajetórias educacionais truncadas entre os grupos socioeconomicamente vulneráveis.

A compreensão das relações raciais no campo educacional brasileiro exige um mergulho em produções teóricas que problematizam a inserção da população negra em uma sociedade historicamente marcada pelo racismo estrutural. Nesse sentido, autores e autoras como Florestan Fernandes, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, Petronilha Gonçalves e Silva, entre outros, oferecem contribuições fundamentais para a análise crítica da educação no Brasil sob a perspectiva das desigualdades étnico-raciais.

Segundo Bourdieu (1989, p. 91) A violência simbólica é aquela forma de poder que consegue se fazer reconhecer como legítima, mascarando as relações de força que a fundamentam. Ela opera de forma suave, invisível, por meio dos significados, das classificações, das palavras, das representações. No caso da

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

escola, é a imposição de uma cultura dominante, apresentada como neutra e universal, que penaliza os que dela não compartilham.

Entre os clássicos da sociologia brasileira, destaca-se a obra de Florestan Fernandes, especialmente o livro “O negro no mundo dos brancos” (1972), no qual o autor denuncia as formas de exclusão e marginalização sofridas pela população negra no contexto da modernização conservadora da sociedade brasileira. Para Florestan, o processo de abolição da escravidão não foi acompanhado de uma real integração dos negros nas estruturas de poder, prestígio e oportunidade. Ao contrário, os mecanismos de exclusão foram mantidos, agora sob novas formas, inclusive no interior do sistema educacional. Em “A integração do negro na sociedade de classes”, o autor reforça que a chamada democracia racial brasileira é uma ideologia que mascara as desigualdades raciais profundas, presentes também na escola, que opera como reproduutora dessas disparidades.

Carneiro (2011) é uma das principais referências na discussão sobre o racismo institucional e suas implicações na educação brasileira. Promove uma denúncia dos mecanismos estruturais que mantêm a exclusão da população negra nos diversos âmbitos da sociedade, com destaque para o sistema educacional. Ela introduz o conceito de epistemicídio, que descreve a sistemática desvalorização dos saberes e produções intelectuais negras nos currículos escolares. Para a autora, é necessário adotar uma abordagem interseccional, que considere as articulações entre raça, gênero e classe na formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

A partir da década de 2000, com a incorporação de ações afirmativas, políticas de cotas e programas de inclusão, houve avanços, mas ainda insuficientes para romper o ciclo da desigualdade. As ações afirmativas são mecanismos necessários, mas não suficientes para reverter as desigualdades raciais estruturais. Sem políticas de permanência, mudança curricular e combate ao racismo institucional, elas tendem a ser paliativas (CARNEIRO, 2011). A interseccionalidade do conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002) deve orientar a elaboração de políticas educacionais



Apoio:



Realização:



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

mais eficazes, reconhecendo que os sujeitos não vivenciam as opressões de forma isolada, mas sim interligada (gênero, raça, classe, território).

Diante disso, o cumprimento da meta 8 não pode se limitar a indicadores médios. É necessário que os Planos de Educação (PNE, PEE e PME) contemplem recortes específicos e metas diferenciadas para populações historicamente marginalizadas.

Metodologia

Este trabalho se dedica a realização de um balanço dos dados disponíveis, interpretados à luz de referenciais da Sociologia da Educação Crítica. Foram utilizados dados públicos coletados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Esses dados compõem os resultados do Censo Demográfico de 2022 e se referem aos resultados preliminares de uma amostra sobre educação. O foco foi voltado para os indicadores de escolaridade média da população de 18 a 29 anos no município de Dourados-MS, incluindo recortes por raça/cor.

A análise quantitativa compreendeu o cálculo de uma média ponderada entre as faixas etárias de 18 a 24 anos (11,5 anos de estudo) e 25 a 29 anos (12,1 anos), resultando em uma média ponderada geral de 11,75 anos de estudo. Uma média aritmética não seria adequada, já que os totais da população diferem amplamente entre as faixas etárias. Também foram considerados os dados de escolaridade desagregados por raça/cor (também analisados mediante a atribuição do respectivo peso, resultando em média ponderada), que evidenciam desigualdades estruturais: pretos, pardos e indígenas estudam menos que brancos e amarelos, sendo os indígenas o grupo com menor escolaridade média (9,3 anos).

A tentativa de qualificar os dados foi realizada com base nos aportes de autores como Bourdieu (1989), Florestan Fernandes (2008), Crenshaw (2002), Silvio Almeida (2018) e Nilma Lino Gomes (2017), permitindo uma interpretação crítica dos números não como meras estatísticas, mas como expressão de desigualdades estruturais historicamente construídas. A metodologia adotada busca, assim, articular evidências empíricas e referenciais teóricos para oferecer subsídios à revisão das metas

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

educacionais, de modo que estas contemplem não apenas a média geral, mas as especificidades das populações historicamente excluídas.

Resultados e Discussão

Os indicadores educacionais do município de Dourados-MS evidenciam a persistência de profundas desigualdades raciais no acesso e permanência na educação formal. De acordo com os dados mais recentes, a média de anos de estudo da população entre 18 e 29 anos é de 11,75 anos, valor que permanece abaixo da meta nacional de 12 anos estabelecida para essa faixa etária. No entanto, quando os dados são desagregados por raça/cor, revelam-se disparidades ainda mais preocupantes: brancos e amarelos alcançam uma média de 12,49 anos, enquanto pretos, pardos e indígenas registram média de 11,14 anos. A situação é ainda mais grave entre os povos indígenas, cuja média é de apenas 9,3 anos de estudo, o que representa uma defasagem de 25,54% em relação à média dos brancos.

Esses dados expõem de forma clara os efeitos duradouros do racismo estrutural e da exclusão histórica da população negra e indígena das oportunidades educacionais. A disparidade nos anos de estudo não pode ser compreendida como uma simples consequência de fatores individuais ou socioeconômicos, mas como resultado de um processo sistemático de marginalização que afeta de maneira desproporcional os sujeitos racializados. Como afirma Sueli Carneiro (2011), o racismo institucional atua silenciosamente nas estruturas sociais, produzindo desigualdades que se renovam de geração em geração. No caso de Dourados, isso se manifesta não apenas no acesso desigual à escola, mas também na permanência precária, na evasão escolar e na ausência de políticas educacionais específicas para os grupos mais vulneráveis, como as comunidades indígenas.

A diferença expressiva entre os grupos evidencia também a invisibilização das identidades raciais no planejamento educacional do município. A média de 9,3 anos de estudo entre indígenas não pode ser dissociada da negligência histórica em relação à educação escolar indígena, que, segundo Gomes (2017), exige políticas específicas, construídas com a participação dos povos indígenas e baseadas em suas epistemologias, línguas e culturas. A ausência dessas políticas em contextos urbanos



Realização:

Apoio:

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

como Dourados tende a reproduzir o padrão de exclusão já vivenciado em zonas rurais e terras indígenas, onde a precariedade da infraestrutura escolar, a falta de professores indígenas e o currículo descontextualizado comprometem o direito à educação.

Além disso, a defasagem dos pretos e pardos em relação aos brancos reforça a tese de que a escola, embora seja um espaço de promessas de igualdade, também atua como operadora da dominação racial (CARNEIRO, 2011). A permanência da desigualdade racial nos indicadores de escolaridade denuncia os limites das políticas educacionais universais e a insuficiência das ações afirmativas quando estas não são acompanhadas de mudanças estruturais nas práticas pedagógicas e institucionais, conforme aponta Munanga (2005).

Dessa forma, os dados de Dourados não são meros números estatísticos, mas marcadores de uma cidadania desigual, onde o direito à educação segue condicionado pela cor da pele, pela origem étnica e pela condição social. Para enfrentar essa realidade, é urgente que o município adote uma agenda educacional comprometida com a equidade racial, com ações afirmativas, formação antirracista de professores, valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas e políticas de permanência que assegurem que todos os estudantes tenham as mesmas condições de aprender e prosperar.

Considerações Finais

A análise da média de anos de estudo da juventude de 18 a 29 anos no município de Dourados-MS evidencia não apenas o não cumprimento da meta estabelecida pelo Plano Municipal de Educação, mas, sobretudo, a persistência de desigualdades estruturais racializadas e territoriais. Embora o dado geral (11,75 anos) aponte uma defasagem em relação à meta de 12 anos, a desagregação por raça/cor revela um cenário ainda mais grave: brancos e amarelos alcançam uma média de 12,49 anos, enquanto pretos, pardos e indígenas apresentam 11,14 anos. A situação da juventude indígena é especialmente alarmante, com uma média de apenas 9,3 anos de estudo — o que representa uma defasagem de mais de 25% em relação aos



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

brancos. Esses dados denunciam que a universalização do acesso à educação não tem significado, necessariamente, justiça social, sobretudo para os grupos historicamente marginalizados.

Neste contexto, torna-se insustentável continuar tratando as metas educacionais a partir de médias homogêneas e indicadores que desconsideram as marcadas desigualdades raciais e territoriais. A escolaridade média deve ser compreendida não apenas como um dado técnico ou quantitativo, mas como um indicador de justiça social, que reflete — ou oculta — os impactos do racismo estrutural, do colonialismo e da omissão histórica do Estado diante das populações negra, indígena e periférica. Como apontado por Frantz Fanon (1952 [2008]), o racismo não opera apenas nas interações interpessoais, mas é internalizado e reproduzido pelas instituições sociais — entre elas, a escola — que atuam como aparatos de alienação, exclusão e silenciamento das identidades negras e indígenas. O currículo eurocentrado, a ausência de representatividade e o epistemicídio persistente contribuem para que a escola, ao invés de ser um espaço de emancipação, muitas vezes funcione como um reproduzidor das desigualdades sociais e raciais.

Sueli Carneiro (2011, p. 40) O epistemicídio é a morte dos saberes produzidos por grupos subalternizados, que são sistematicamente excluídos dos espaços de legitimação do conhecimento. No caso da educação brasileira, o currículo hegemônico ignora as contribuições da população negra e indígena, promovendo uma monocultura do saber que inferioriza os sujeitos racializados e impede a construção de uma identidade positiva.

Frente a esse diagnóstico, é urgente que os Planos de Educação — em nível municipal, estadual e nacional — assumam um compromisso efetivo com a equidade substantiva, incorporando os princípios da justiça social, da interseccionalidade e do antirracismo. Isso implica formular metas específicas para grupos sociais vulnerabilizados, com monitoramento por raça/cor, território e condição socioeconômica; criar indicadores de equidade que ultrapassem os índices médios de desempenho; e desenvolver políticas de permanência escolar articuladas entre

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

educação, assistência social, saúde e cultura. Além disso, a formação inicial e continuada de docentes e gestores deve incorporar abordagens interculturais, decoloniais e antirracistas, que reconheçam e valorizem os saberes afro-brasileiros e indígenas como parte legítima do conhecimento escolar.

Portanto, transformar a educação em um instrumento real de emancipação e reparação histórica exige uma ruptura com a lógica meritocrática e universalista das políticas públicas tradicionais. O enfrentamento das desigualdades educacionais requer não apenas recursos e metas técnicas, mas uma mudança de paradigma: compreender que a igualdade de oportunidades somente será possível quando forem reconhecidas e enfrentadas as condições desiguais de partida. Nesse sentido, o engajamento da rede de gestão — desde os sistemas educacionais até os territórios escolares — deve ser guiado por uma perspectiva crítica, participativa e comprometida com a promoção dos direitos humanos e da justiça racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2018.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2011. 336 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-18082005-104933/publico/Carneiro.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 22 jul. 2025.

DOURADOS (MS). **Plano Municipal de Educação de Dourados: 2015–2025.** Dourados: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em:

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

<https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/PME-Dourados-2015-Vers%C3%A3o-Final-1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 2008.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difel, 1972.

FRASER, Nancy. Redistribuição ou reconhecimento? Uma crítica à justiça na era pós-socialista. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOMES, Nilma Lino. *Educação para a igualdade racial: desafios e perspectivas*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Políticas públicas e educação: perspectivas e desafios da educação das relações étnico-raciais. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Afrodescendência no Brasil: sociedade, cultura e política. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2017. p. 213–230.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação: 2014–2024**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 2015. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-MS.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Qualidade da educação: consensos e dissensos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 928-950, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143181>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Censo Demográfico 2022: resultados de amostra por município. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025.